

**II Seminário de Ciências Sociais – PGCS UFES.**

**21 a 23 de novembro de 2017, UFES, Vitória-ES.**

**Entre a ciência e a mídia: (in)visibilidades, atores e abordagens.**

Raquel Lucena Paiva<sup>1</sup>,

Universidade Federal do Espírito Santo.

**Resumo**

O processo histórico de delineamento do conceito de Agroecologia envolve atores diversos, unindo ciência, movimentos sociais e práticas agrícolas. A agroecologia é percebida como ciência pós-normal, pós-colonial e transdisciplinar, que propõe a ecologia de saberes como caminho para superar a fragmentação da ciência moderna. A análise da representação da Agroecologia em matérias publicadas em oito veículos de comunicação da Região Sudeste tem revelado que, ao lado da relativa invisibilidade do tema, ainda tratado como alternativo, observa-se uma abordagem bem distinta entre a mídia hegemônica e a contra-hegemônica, nos discursos, informações e repercussão das vozes e pautas relacionadas aos movimentos sociais. O agendamento do tema explicita a invisibilidade do assunto nas pautas relacionadas à agricultura, visto que a análise comparativa da quantidade de matérias indexadas com a palavra Agroecologia e agronegócio mostrou que 95% das matérias usavam a palavra agronegócio e apenas 5% citavam a Agroecologia. Esta pesquisa se debruça sobre as disputas discursivas relacionadas à Agroecologia, presentes no campo científico e social e refletidas pelo jornalismo.

**Palavras-chave:** agroecologia; sociologia ambiental; comunicação ambiental.

---

<sup>1</sup> Mestranda do PGCS, sob orientação da Profa. Dra. Elaine de Azevedo, e bolsista da Fapes (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo).

## **Abstract**

The historical process of delineating the Agroecology concept involves several actors, connecting science, social movements and agricultural practices. Agroecology is perceived as post-normal, postcolonial and transdisciplinary science, which proposes the ecology of knowledge as a way to surpass the fragmentation of modern science. The analysis by Agroecology representation in communication vehicles at Southeast Region, in Brazil, has revealed that, alongside the relative invisibility of the theme, still treated like alternative, a very distinct approach is observed between a hegemonic and counter-hegemonic media, in the discourses, information and repercussions of voices and guidelines related to social movements. The scheduling of the theme explicitly the invisibility of the subject in the folders related to agriculture, since it is a comparative analysis of the quantity of matter indexed with a word Agroecology and agribusiness showed that 95% of the subjects used the word agribusiness and only 5% cited Agroecology. This research focuses on discursive disputes related to Agroecology, present in the scientific and social field and public by journalism.

## **Introdução**

Vandana Shiva (2003) cunhou a expressão ‘monocultura da mente’ para designar o padrão mental tecnicista e uniforme que limita a diversidade de saberes. A cientista e ambientalista indiana evidencia a oposição entre diversidade e uniformidade nas maneiras de usar a terra, de viver e de pensar. Ao analisar os paradigmas da ciência ocidental contemporânea, Shiva (2003, p. 31) questiona sua pretensa universalidade e imparcialidade e observa como a ideologia do industrialismo se disseminou com a colonização europeia: “[...] quando o Ocidente colonizou a Ásia, colonizou suas florestas, trouxe consigo as ideias da natureza e da cultura enquanto derivações do modelo da fábrica industrial”.

A Agroecologia une ciência, prática agrícola e movimento social. Este conceito vem se delineando, nos últimos séculos, pela afirmação de paradigmas opostos à agricultura industrial, porém, tem suas raízes em conhecimentos antigos, visto que resgata saberes da agricultura tradicional em um processo de diálogo com vertentes contemporâneas da ciência.

A construção do conhecimento agroecológico se dá por meio do diálogo entre diferentes campos científicos e sociais, cada um dos quais conferindo justificação e legitimidade aos significados agenciados. Fora dos círculos diretamente envolvidos com a construção deste conceito, porém, e à medida que o observador se distancia do objeto, percebe-se que os significados atribuídos a um conceito dependerá ainda mais das representações a que se tem acesso, muitas vezes mediadas pelos meios de comunicação. Este é o ponto de partida deste

estudo, que analisa as matérias relacionadas à Agroecologia publicadas em oito sites de notícias<sup>2</sup>, produzidos na Região Sudeste.

Este artigo é resultado parcial da pesquisa de mestrado intitulada “Entre a ciência e a mídia, um olhar sobre a (re)significação do conceito de Agroecologia”, na qual está sendo feita a análise dos discursos socioambientais e da transição discursiva entre o conhecimento agroecológico e o discurso jornalístico, além de observar o agendamento e os agentes presentes nas notícias analisadas. Neste artigo, elaborado durante o processo de pesquisa, a análise apresentada está focada no agendamento e nos agentes.

### **Contexto e metodologia da pesquisa**

As organizações sociais de Agroecologia são muito atuantes em mobilizações, disseminação de informações e conceitos e construções coletivas de conteúdos e representações relacionadas ao tema. No Brasil, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)<sup>3</sup> e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)<sup>4</sup> são instituições responsáveis por uma farta produção de publicações e eventos. A realização de congressos regionais, nacionais e internacionais também cumpre a função de congregar cientistas, agricultores e ativistas em um processo vivo de significação do conceito de Agroecologia.

Paralelo ao processo de significação intencional e coletivo da Agroecologia, a popularização do conceito passa, também, pela mídia noticiosa, não especializada, sendo assim, optou-se por analisar veículos não segmentados por tema, o objetivo desta delimitação é observar a representação da Agroecologia junto ao público que não tem um envolvimento prévio com o assunto. Estão sendo analisadas 149 matérias, filtradas pela palavra-chave ‘Agroecologia’ e publicadas durante o ano de 2016 nos oito *sites* jornalísticos que compõem o *corpus* desta pesquisa. Os veículos foram divididos em dois perfis editoriais, o primeiro grupo será chamado de ‘jornalismo hegemônico’, ‘grande imprensa’ ou ‘veículos empresariais’, o segundo grupo será designado como ‘imprensa alternativa’ ou ‘veículos contra-hegemônicos’.

Raymond Williams (2011, p. 51) compreende a hegemonia como algo que satura a percepção da realidade e a consciência de uma sociedade, além de “[...] constituir mesmo a

---

<sup>2</sup> Gazeta Online, O Globo, Folha de São Paulo, Estado de Minas, Século Diário, Brasil de Fato, Carta Maior e Rede Brasil Atual (RBA).

<sup>3</sup> <http://aba-agroecologia.org.br>

<sup>4</sup> <http://www.agroecologia.org.br>

substância e o limite do senso comum para muitas pessoas sob sua influência [...]”. Dênis de Moraes (2010, p. 54), cita Gramsci, ao definir hegemonia como “[...] a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras”.

Moraes (2010) analisa a mídia dentro do parâmetro da hegemonia por perceber que o conceito é útil para desvendar os jogos de consenso e dissenso, que participam da produção simbólica nos meios de comunicação, influenciando no imaginário social e nas disputas de sentido e de poder.

A categoria ‘mídia hegemônica’ será aqui utilizada com base na concentração corporativa de conglomerados, nos quais verifica-se uma significativa interseção entre capital financeiro e capital midiático. Os quatro sites incluídos nesta categoria possuem este perfil, porém o critério para a seleção dos *sites* noticiosos a serem analisados foi a verificação da audiência quantitativa, sendo selecionado o veículo com presença *online* e *off-line* que apresentou a maior audiência em cada estado da Região Sudeste. Foi considerada a audiência dos *sites*, com base no total de visitas no período de um mês. As quantidades foram aferidas com base em relatórios da ferramenta *SimilarWeb*<sup>5</sup>, disponível *online*.

O segundo grupo se caracteriza pelo perfil ‘contra-hegemônico’, chamado assim por ser um tipo de mídia que oportuniza espaço aos atores, vozes e discursos ausentes no jornalismo produzido pelas grandes corporações, além, de serem *sites* que não representem o poderio econômico. Também classificados como ‘alternativos’, estes *sites* produzem narrativas críticas ao neoliberalismo e foram selecionados com base na relevância atribuída ao tema pesquisado, ou seja, foram escolhidos os quatro sites jornalísticos, de conteúdo diversificado, que mais produziram notícias sobre Agroecologia.

### **Agroecologia, diversidade e ecologia de saberes.**

Entre os séculos XIX e XX, as pesquisas científicas aplicadas à agricultura foram marcadas pela descoberta da possibilidade de suprir a necessidade de nutrição das plantas por meio de nutrientes solúveis e pela invenção de venenos para utilização agrícola. Estes são os princípios que fundamentam a agricultura industrial: intensa utilização de insumos agrícolas na produção, sementes híbridas ou transgênicas, fertilizantes sintéticos e agrotóxicos;

---

<sup>5</sup> <https://www.similarweb.com>

mudança no manejo animal baseado no confinamento e no uso de drogas veterinárias; entre outras características que não levam em conta o equilíbrio do sistema (FRIEDMANN, 200)

As primeiras vozes a se manifestarem contra a implantação do paradigma industrial na agricultura já ecoavam alguns princípios da Agroecologia, com iniciativas de compreender os cultivos do ponto de vista ecológico e valorização da interdependência entre os fatores naturais, culturais e econômicos que perpassam a prática agrícola.

A percepção comum sobre a Agroecologia ainda costuma se reduzir à sua dimensão como prática agrícola sustentável, porém, autores atuantes no delineamento do campo enfatizam uma visão mais abrangente. Miguel Altieri (2012), na introdução à terceira edição brasileira do seu livro ‘Agroecologia’, estabelece importantes princípios ecológicos e sociais:

A Agroecologia fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova *revolução agrária* não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes do ponto de vista energético, socialmente justos e constituem os pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à noção de soberania alimentar. (ALTIERI, 2012, p. 15, itálicos do autor)

Essa jovem ciência se articula coletivamente como movimento social de fortalecimento dos agricultores familiares e como ciência comprometida em dialogar com uma ampla diversidade de saberes que, historicamente, foram deixados de fora das fronteiras da ciência ocidental. A Agroecologia reconhece a dimensão política do saber científico e se alinha com os estudos pós-colônias e de vertentes contemporâneas da ciência, que propõem reconhecer e superar diversos paradigmas da ciência moderna.

O mexicano Victor Toledo (2016) esclarece que os agroecólogos da América Latina têm sido influenciados pela epistemologia do Sul, ou estudos pós-coloniais, esta corrente teórica enfatiza que a ciência ocidental está inserida dentro de uma geopolítica do conhecimento que atribui relações assimétricas de poder entre colonizadores e colonizados. Como consequência, “[...] determinadas formas de conhecimento são previamente desautorizadas, pelo simples fato de não poderem ser avaliadas através do aparato conceitual das ciências modernas [...]” (COSTA, 2013, p. 264).

No Brasil, a Agroecologia tem como base de sustentação a agricultura familiar, definida por Wanderley (1996, p. 2) como “[...] aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo [...]”. O percentual de agricultores familiares que pratica a Agroecologia ainda é minoritário, mas

as experiências agroecológicas se inserem na agricultura familiar como unidade produtiva e reprodutora de saberes e culturas agrícolas. A organização social descentralizada da agricultura familiar, também é positiva para a segurança e a soberania alimentar, por garantir que a diversidade genética de sementes e a produção de alimentos sejam protegidas e geridas por diversos agentes locais.

Os territórios rurais ocupados pelo agronegócio, no Brasil, cultivam, em grande escala, monoculturas de soja, cana-de-açúcar, eucalipto, entre outras matérias-primas, comercializadas, principalmente, no mercado externo. A centralização do controle da terra, por grandes proprietários rurais e o controle da produção de alimentos e sementes sendo exercido por grandes corporações internacionais ameaçam a segurança e a soberania alimentar, que são valores fundantes da Agroecologia. A produção de alimentos para o mercado interno é o foco de importante parcela da agricultura familiar, parte destes agricultores são os atuais responsáveis pela produção agroecológica e os que trabalham com a agricultura convencional são vistos como potenciais sujeitos da Agroecologia.

Enrique Leff (2002) aprofunda a reflexão sobre as discrepâncias que perpassam a lógica do agronegócio e da Agroecologia, e argumenta que a racionalidade econômica da agricultura industrial e a racionalidade ambiental da Agroecologia partem de objetivos e visões de mundo opostos. A Agroecologia tem como princípio a valorização e o resgate de conhecimentos tradicionais de “[...] um passado no qual o humano era dono do seu saber, a um tempo em que seu saber marcava um lugar no mundo e um sentido da existência[...]” (LEFF, 2002, p. 36). Não se trata de mera nostalgia por tempos passados, mas de uma estratégia de autonomia e de reconhecimento dos saberes que alimentaram a humanidade por séculos.

A segurança e a soberania alimentar estão entre os princípios fundadores da Agroecologia. Altieri (2010) define soberania alimentar como o direito de cada região, ou nação, de produzir os alimentos básicos e diversificados para a própria população. Este conceito enfatiza, também, “[...] o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor” (ALTIERI, 2010, p. 24)

Na dimensão econômica, a Agroecologia se alinha com os princípios da Economia Ecológica por se preocupar com a distribuição de recursos e por enfatizar que a economia deve ser subordinada à ecologia e não o contrário, como pressupõe a economia hegemônica (CAPORAL, 2009).

Segundo Leff (2002, p. 48), os desafios econômicos da atividade agrícola não se relacionam à geração de novos empregos para uma população expulsa do “agro modernizado”, mas abrange o desenvolvimento de novas estratégias produtivas que considerem a conservação do meio ambiente e o controle social da economia. O autor defende uma nova racionalidade:

O problema que está colocado é a necessidade de articular os espaços de economias autogestionárias e endógenas, fundadas sobre a apropriação comunitária dos recursos, com as forças onipresentes do mercado mundial. Assim mesmo, será necessário incorporar as bases naturais e culturais de sustentabilidade à racionalidade da produção e equilibrar a eficácia produtiva com a distribuição do poder, de modo que sejam os atores conscientes de uma nova economia social que decidam e controlem os processos políticos e produtivos e não apenas as leis cegas e os interesses corporativos do mercado.

A Agroecologia se fundamenta, também, no Pensamento Complexo, conceito desenvolvido por Edgar Morin (2006) que se opõe à simplificação como método científico, que com base em paradigmas reducionistas e hiperespecializados, levam a uma inteligência cega, que destrói as totalidades, isola os objetos do seu meio ambiente e não considera o elo inseparável entre observador e objeto de observação.

O campo científico da Agroecologia dialoga com os saberes tradicionais e com o conhecimento empírico dos agricultores. O processo de construção do conhecimento agroecológico envolve os movimentos sociais, a ciência e a prática agrícola em estratégias participativas e multiplicadoras muito ricas, como as Caravanas Agroecológicas, promovidas pela ANA; o movimento camponês a camponês, presente em diferentes países da América Latina; a realização de congressos e encontros de Agroecologia, eventos que produzem ciência em diálogo direto com os movimentos sociais, agricultores e povos tradicionais, por meio de um esforço contínuo para construir uma ecologia dos saberes; entre muitas estratégias de construção participativa dos princípios agroecológicos.

Este campo transdisciplinar da Agroecologia dialoga, também, por meio da produção de conteúdos, publicados, principalmente, em sites especializados e compartilhados pela rede de militantes e simpatizantes da agroecologia, ambientalistas e público formado por pessoas que, de alguma maneira, estão interessadas pelas informações relativas ao tema. A Agroecologia, como segmento, forma uma ‘bolha’ onde circulam informações produzidas

por cientistas, militantes, agricultores e jornalistas especializados. Compreende-se, porém, que esta segmentação forma barreiras, dentro das quais são construídos significados e representações não acessados pelo público mais amplo.

Percebe-se que o conceito de agroecologia implica em uma complexidade e um formato ambicioso, cujo esgotamento ou embate conceitual foge dos objetivos desta pesquisa. Ao propor um olhar sobre a (re)significação da Agroecologia pela mídia, este estudo busca, centralmente, observar os eventos discursivos em que o conhecimento agroecológico é representado fora de sua formação discursiva e explicitar as disputas em torno de diferentes visões de mundo, presentes nos discursos relativos à Agroecologia, produzidos pela mídia. Para tanto, faz-se necessária a reflexão teórica sobre os discursos e a participação dos mesmos na construção coletiva da realidade socioambiental.

### **Discurso e comunicação ambiental.**

A representação discursiva é uma atividade social capaz de formatar percepção da realidade e é por intermédio da comunicação que os grupos sociais são capazes de compartilhar significados, cooperar, moldar a realidade social e criar significados para o ambiente natural.

A representação não é pensada como um mero reflexo de uma realidade exterior, pelo contrário, o discurso é percebido como um modo de ação sobre o mundo e sobre os outros. Fairclough (2001, p. 91), defende que a relação entre o discurso e a realidade social deve ser analisada de forma dialética, por compreender que o discurso é moldado e restringido pelas estruturas sociais que, por sua vez, são delineadas e construídas pelas práticas discursivas: “[...] O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes”.

As estruturas sociais limitam o discurso em diversos níveis, convenções e normas estabelecem quem tem direito à voz e o que pode ser dito por determinadas classes e funções sociais. As instituições, como o direito, a educação e o sistema de classificação estabelecem regras e padrões que definem até o que pode ser pensado, visto que o raciocínio parte de paradigmas e visões de mundo que o antecedem.

As representações discursivas corporificam ideias, participam da construção de relações e identidades sociais, afetam e formatam instituições, ações cotidianas, políticas, enfim, toda



atividade social é permeada pelo discurso. Norman Fairclough (2001) defende que o discurso contribui com a formação de identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimentos e crenças. No processo de criação da representação coletiva, os significados são negociados, apropriados, desapropriados e interpretados de diferentes maneiras.

Os discursos e ideologias ambientais apresentam-se como uma dimensão das representações discursivas, com identidades, relações sociais e sistemas de conhecimentos e crenças específicos, além de cumprirem a função constitutiva na construção dos problemas ambientais, na medida em que influenciam a percepção da natureza e se inserem na representação social e nos enquadramentos a serem mobilizados ao discutir atitudes individuais ou coletivas relacionadas ao ambiente natural.

John Dryzek (2005) compreende que um discurso é uma maneira compartilhada de apreender o mundo e de construir os significados, os relacionamentos e o senso comum. O autor defende que o “[...] discurso ambiental também se estende àqueles que são hostis ao ambientalismo” (p. 9) e identifica como discursos ambientais os pressupostos de crenças, ideologias e teorias distintas, tais como o discurso do desenvolvimento sustentável, do racionalismo econômico ou administrativo, do tecnicismo, além de teorias ecocêntricas e as tendências consideradas radicais.

As políticas ambientais e os sistemas de conhecimento partem do compartilhamento de conceitos e paradigmas que fundamentam as construções sociais relacionadas ao ambiente natural. O discurso ambiental contemporâneo foi gestado na sociedade industrial, em resposta aos problemas causados pela industrialização. Dryzek (2005) compreende que o industrialismo se fundamenta no compromisso com o crescimento quantitativo de bens e serviços produzidos e no bem-estar material que o crescimento traz. Envoltos na ideologia industrial, alguns discursos ambientais partem da racionalidade econômica para propor resoluções para problemas ambientais e refletem uma visão de mundo que não considera o crescimento como potencialmente limitado pelos fatores naturais.

Segundo Sônia Aguiar e Jean Cerqueira (2012, p. 17), as disputas discursivas relacionadas ao ambiente servem para “[...] validar os interesses e direitos de diferentes atores na apropriação ou expropriação dos recursos naturais [...]”, além de legitimar ou deslegitimar atores “[...] em diferentes contextos, de seus agendamentos, enquadramentos, argumentos e simbologias [...]”. Cerqueira (2013), cita Robert Cox para enfatizar o caráter pragmático das

disputas no campo simbólico, que são utilizadas para se negociar diferentes respostas da sociedade aos problemas ambientais ou para legitimar a apropriação material da natureza.

Elaine de Azevedo (2013) aponta as disputas discursivas envolvendo as nomenclaturas ‘defensivos agrícolas’, ‘defensivos fitossanitários’ ou ‘agrotóxicos’, no contexto legal, e argumenta sobre a importância da linguagem para evidenciar os riscos que envolvem a utilização destes produtos. Segundo a autora, o caráter positivo da palavra ‘defensivo’, “[...] remete à ideia popular de ‘remédio para plantas’” (2013, p.22-23). Ao analisar a construção social dos riscos ambientais inerentes aos agrotóxicos, Azevedo observa que diferentes especialistas produzem avaliações distintas e até antagônicas sobre os riscos que estes produtos representam para a saúde humana e para o meio ambiente, e evidencia as controvérsias científicas e sociais relacionadas à avaliação dos riscos ambientais.

Voltando à metáfora de Shiva, percebe-se que a ‘monocultura da mente’, cultivada por meio de representações que participam da construção social hegemônica e tecnicista da realidade, produz sempre os mesmos frutos. Neste contexto, as soluções para os problemas ambientais são propostas dentro das estruturas do capitalismo e do industrialismo, percebidos quase como fatores ‘naturais’.

### **Pesquisa empírica**

John Hannigan (1995, p. 83) descreve o palco midiático como um “concurso em relação ao significado” onde os “formuladores de exigências” (ambientais) competem com opositores para promover suas imagens, enquanto “[...] jornalistas e editores preferem, frequentemente, manter e reproduzir a corrente principal de imagens e códigos culturais [...]”.

A competição pela evidenciação promovida pela mídia jornalística começa pela definição da pauta ou assunto a ser abordado. A teoria da *agenda setting* é sintetizada por Mauro Wolf (1999) como o processo em que os meios de comunicação influenciam os assuntos a serem realçados ou negligenciados pela audiência, refletindo, também, a ênfase atribuída pelo público aos problemas, pessoas ou acontecimentos expostos.

A falta de agendamento será o primeiro obstáculo à construção de uma imagem sobre Agroecologia pelo público não especializado. Conforme pode ser observado no Quadro 1, ao comparar a frequência em que as palavras ‘Agroecologia’ e ‘agronegócio’ estiveram presentes nos textos da ‘grande imprensa’, percebe-se uma desproporção ainda maior que a

distribuição territorial entre o agronegócio e a pequena propriedade no Brasil, ou seja, menos de 5% do ‘território jornalístico’ dedicado aos temas agrícolas, nos grandes veículos, está sendo ocupado pela temática agroecológica. Na mídia contra-hegemônica, pode-se aferir a média de 23% das pautas agrícolas direcionadas à Agroecologia. A análise do agendamento, porém, é proposta aqui para perceber a visibilidade atribuída ao tema, visto que esta informação não revela a abordagem e o posicionamento dos veículos em relação ao assunto.

Veículos	Agroecologia	Agronegócio	Total	% Agroecologia
<b>Jornalismo hegemônico</b>				
Folha de São Paulo	19	442	461	4,2%
O Globo	9	174	183	5%
Gazeta Online	5	130	135	3,8%
Estado de Minas	6	160	166	3,7%
<b>Jornalismo contra-hegemônico</b>				
Carta Maior	37	130	167	22%
Brasil de Fato	68	170	238	29%
Século diário	19	21	40	48%
Rede Brasil Atual	25	180	205	12,2%

Quadro 1: Quantidade de matérias jornalísticas que utilizaram a palavra ‘Agroecologia’ entre 01/01/2016 e 31/12/2016.

A rotina jornalística envolve o diálogo constante com atores distintos, aos quais se atribui autoridade em relação aos temas abordados, pela sua atuação como peritos, representantes governamentais, atores econômicos, representantes de movimentos sociais, entre outros. Aguiar e Cerqueira (2012, p.16, apud COX 2010) argumentam que a cobertura jornalística agrega diferentes vozes: “[...] a diversidade de vozes e pontos de vista veiculados por essa mídia ilustra uma ampla variedade de abordagens de questões ambientais, com diferentes enquadramentos (*frames*)”.

Pode-se observar, nas matérias relacionadas à Agroecologia que compõem o recorte desta pesquisa, que as vozes presentes no jornalismo hegemônico são provenientes de atores diversos e dispersos, muitas vezes legitimados pela organização de eventos, iniciativas originais, prêmios, entre outros. Atores institucionais, provenientes de universidades e governos são frequentemente ouvidos como fontes. Nenhum dos veículos hegemônicos analisados cita a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) ou a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), em qualquer matéria de 2016, visto que ambas as entidades possuem nos próprios nomes a palavra-chave ‘Agroecologia’, filtro utilizado para compor o *corpus* da presente pesquisa.

As vozes dos movimentos sociais, via de regra, não se fazem presentes nas matérias relacionadas à agroecologia produzidas pelo jornalismo empresarial analisado, em algumas

exceções, a Folha de São Paulo dá voz a Organizações Não Governamentais, como a *Slow Food*<sup>6</sup>, entre outros e, em uma única matéria, cita a Articulação Paulista de Agroecologia, em notícia sobre a caravana realizada naquele estado. Percebe-se que a representação da Agroecologia, no jornalismo empresarial, se faz em meio a uma relativa invisibilidade do tema, dentro de um enquadramento em que o assunto é abordado como pitoresco e secundário e os atores são apresentados como agentes dispersos de pautas eventuais; a Agroecologia é apresentada em abordagens desvinculadas de políticas públicas ou bandeiras sociais.

No jornalismo contra-hegemônico, os movimentos sociais se fazem presentes como fontes de depoimentos, argumentações e denúncias, como organizadores de eventos, manifestos e, também, como autores. O Brasil de Fato e a Carta Maior publicaram, no período estudado, matérias assinadas por autores de entidades agroecológicas, como a ANA e a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA)<sup>7</sup>, entre outros. As matérias produzidas pelos agentes de fora da redação são identificadas com o nome do autor e entidade, logo abaixo do título.

Todos os *sites* contra-hegemônicos analisados demonstraram proximidade com as pautas agroecológicas e com os atores da sociedade civil organizada. As políticas públicas relacionadas à agricultura familiar e à Agroecologia foram discutidas em diversas matérias, nos quatro veículos. Na Carta Maior e no Brasil de Fato, predominaram matérias grandes, o que garantiu uma abordagem aprofundada, em relação aos padrões jornalísticos. O Século Diário e a Rede Brasil Atual (RBA) também publicaram matérias bem contextualizadas, porém, em formatos menores, mais comuns ao jornalismo.

As matérias longas cumprem a função de contribuir com o aporte de informações para o público mais diretamente relacionado à Agroecologia, visto que debatem políticas públicas, apresentam denúncias e trazem notícias bem fundamentadas sobre o tema, porém, é pouco comum que leitores sem envolvimento prévio ou interesse específico sobre algum assunto se dediquem a leituras demoradas. Considerando-se, também, que a audiência destes sites é bem menor que a dos grandes veículos de comunicação, percebe-se que a função cumprida pelos mesmos, em relação a representação da Agroecologia, é mais qualitativa que quantitativa.

---

<sup>6</sup> <http://www.slowfoodbrasil.com>

<sup>7</sup> <http://aspta.org.br>

Porém, mesmo minoritária, a audiência é considerável. A soma de visitantes, nos quatro sites analisados é superior 2 milhões de visitas por mês. Esta métrica considera tanto a audiência como a fidelidade ao *site*, visto que não se trata de visitantes únicos, mas da quantidade de vezes em que o site é visitado no período. O número de visitas é relevante, porém tem sua importância quantitativa relativizada diante da audiência dos veículos hegemônicos, visto que a soma dos quatro *sites* analisados supera 115 milhões de visitas por mês.

A abordagem dos riscos relacionados aos agrotóxicos não esteve presente em nenhuma das matérias veiculadas pelos veículos hegemônicos e que compuseram o *corpus* desta pesquisa pela presença da palavra Agroecologia. Porém, estes *sites* produziram matérias com a palavra ‘agrotóxico’, mas não eram as mesmas que utilizaram a palavra ‘Agroecologia’. No ‘jornalismo alternativo’, várias das matérias sobre o tema abordaram os riscos relacionados aos agrotóxicos, muitas vezes utilizando a palavra veneno para enfatizar os efeitos destes produtos. Entre os problemas abordados estão o aumento das intoxicações; mudanças propostas na legislação relacionada aos agrotóxicos; divulgação de pesquisa científica que relaciona o uso dos agrotóxicos aos suicídios de agricultores; notícias sobre movimentos sociais contra os agrotóxicos; entre outros problemas relacionados aos riscos, para a saúde humana e para o meio ambiente.

Hannigan (1995, p. 134-136), compreende que a construção dos riscos ambientais ocorre em uma “arena social” na qual os “portadores do risco” (ou vítimas), os “defensores dos portadores dos riscos”, os “geradores de riscos”, os “investigadores do risco” (peritos científicos) e os “árbitros do risco” atuam em um embate que não é neutro. Neste contexto, os ‘informadores do risco’ são comparados a um “coro” que repercute, ou não, as vozes da “arena social”. Segundo este autor:

Correlativamente, as formulações políticas originárias da comunidade de profissionais de risco [...] são apresentadas como racionais, avaliações objetivas daquilo que é ou não considerado seguro. Se esta visão for aceita, então diz-se que o risco central educa o público no sentido de este se aperceber que está a exagerar, e de que o risco ligado ao poder nuclear, herbicidas, organismos produzidos pela bioengenharia, etc, não constituem na realidade o risco que parecem constituir” (HANNIGAN, 1995, p. 138).

Em relação ao discurso predominante, Hannigan (1995, p. 97) afirma que “[...] os meios de comunicação social, especialmente a imprensa empresarial, tem adotado cada vez mais um discurso que apresenta o meio ambiente como uma oportunidade econômica [...]”. Esta afirmação se confirma nos sites analisados. A dimensão econômica é um fator importante para que um assunto seja considerado notícia e um aspecto frequentemente valorizado pelas

fontes. A mercantilização do cotidiano e da vida confere relevância quase obrigatória ao tema.

Na ‘grande mídia’ observa-se a tendência em apresentar a Agroecologia como produto, visto que parcela significativa das notícias se refere às feiras e eventos *gourmets* ou comemorativos. Nos veículos contra-hegemônicos, os aspectos econômicos são interligados com os sociais, percebe-se uma visão de mundo que se aproxima um pouco da Economia Ecológica ao propor limites éticos para as relações comerciais, porém, prevalece a centralidade das questões econômicas.

### **Considerações finais**

A Agroecologia se delinea rompendo com os paradigmas do sistema agroalimentar convencional e se afirmando como prática agrícola, movimento social e campo científico, pós-colonial e complexo. Alinhada com os princípios da Economia Ecológica, considera os limites do crescimento econômico e parte do pressuposto de que a economia deve se subordinar a ecologia. Percebe a terra como organismo vivo e defende valores como equidade, diversidade (natural e social) e acesso à terra.

O conhecimento agroecológico se constrói a partir da compreensão das relações de cooperação existentes no ambiente natural e na valorização das relações sociais de solidariedade, objetivando-se, principalmente, a segurança e a soberania alimentar. Segundo Guzmán (s/d, p.4, tradução nossa), a Agroecologia seleciona as técnicas e tecnologias que não degradam os recursos naturais e, analogamente, “[...] seleciona os produtos científicos que não geram formas de exploração de uns grupos sobre outros, que degradam a sociedade”.

O discurso agroecológico afirma o pensamento contra-hegemônico relacionado aos princípios socioambientais e recusa significados que revelam os paradigmas da agricultura industrial, por meio de palavras como ‘defensivos’, para se referir aos venenos agrícolas; ‘pragas’ ou ‘ervas-daninhas’, para se referir às diversas formas de vida que habitam as plantações.

O conhecimento e o discurso agroecológico são construídos por meio do diálogo de saberes entre cientistas, agricultores e militantes de diversas organizações sociais, que incluem as que se ocupam especificamente da Agroecologia, como a ABA, a ANA e suas entidades regionais, além de organizações camponesas como o Movimento dos Sem Terra (MST), a

Via Campesina, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) entre muitas outras entidades e coletivos.

Os veículos hegemônicos analisados não dão visibilidade às notícias relacionadas à agroecologia, visto que os percentuais inferiores a 5% aferidos na análise do agendamento referem-se apenas à comparação entre as matérias que citam ‘Agroecologia’ ou ‘agronegócio’ e não sobre todo conteúdo jornalístico destes veículos, que é significativamente maior. Compreende-se, por observação empírica, que os conteúdos relacionados à agricultura, de modo geral, são escassos no jornalismo produzido para um público predominantemente urbano. Este fator torna relevante a análise comparativa entre as palavras-chaves apresentadas acima, por demonstrar que, quando a agricultura é representada, as notícias se referem à agricultura industrial.

Os veículos contra-hegemônicos analisados apresentaram um farto conteúdo sobre Agroecologia, porém, deve-se levar em consideração que outros sites de notícias com perfil sociopolítico semelhante apresentaram um número muito pequeno de matérias relacionadas ao assunto e por este motivo não fizeram parte do *corpus* desta pesquisa, portanto, as afirmações relacionadas ao agendamento não devem ser estendidas, por dedução, a outros *sites* semelhantes.

Percebida como ciência, movimento social e prática comprometida com a vida, com a soberania alimentar e com o projeto de uma sociedade menos desigual e dependente do capital e dos combustíveis fósseis, a Agroecologia faz parte de um movimento social forte, atento às demandas de construção do conhecimento e de repercussão das informações relacionadas ao tema. Fora deste segmento, percebe-se uma verdadeira invisibilidade na ‘grande mídia’ e uma representação bem fundamentada, porém restrita a alguns veículos contra-hegemônicos alinhados ao movimento agroecológico.

### **Referências bibliográficas**

AGUIAR, Sônia; CERQUEIRA, Jean Fábio. *Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos*. São Caetano do Sul: Comunicação e Inovação, v. 13, n. 24 (11-20), 2012.

ALTIERI, A Miguel. *Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar*. Presidente Prudente: Revista Nera, 2010. Ano 13, nº 16, p. 22-32

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3ª Ed. Ver. Ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012

AZEVEDO, Elaine. *A ciência e os riscos ambientais vinculados ao sistema agroalimentar moderno*. Caderno eletrônico de Ciências Sociais, Vitória, v. 1, n. 1, p. 18-40, 2013.

CAPORAL, R. F. (ORG). *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Brasília, DF: Paulus, 2009.

CERQUEIRA, Jean Fábio. *Discursos e ideologias na comunicação ambiental: uma configuração tipológica sob o enfoque da teoria cultural marxista de Raymond Williams*. 2º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA) Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2013.

COSTA, Sergio. ALMEIDA, Júlia; MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; GOMES, Heloísa T. (Org.). *Crítica pós-colonial*. Panorama de leituras contemporâneas. Rio de Janeiro: Faperj; 7Letras, 2013.

DRYZEK, John S. *The politics of the earth: environmental discourses*. New York: Oxford University Press, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

Friedmann H. Economia Mundial de Alimentos Sustentável. In: Belik W, Maluf RS (orgs.). Abastecimento e segurança alimentar – os limites da liberalização. Campinas: IE/UNICAMP, 2000. p. 1-21

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. *La Agroecología como estrategia metodológica de transformación social*. Córdoba: Instituto de Sociología e Estudios Campesinos de la Universidad de Córdoba, España, s/d.

HANNIGAN, John. *Sociologia ambiental*. A formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

LEFF, Enrique. *Agroecologia e saber ambiental*. Porto Alegre: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 3, n1, jan-mar. 2002.

MORAES, Dênis. *Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci*. Porto Alegre: Revista Debates, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas de biodiversidade e biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. In: XX Encontro Anual da Ampocs. GT 17, Processos Sociais Agrários. Caxambu: 1996.

TOLEDO, Victor. *A agroecologia é uma revolução epistemológica*. Agriculturas: v. 13 - n. I, março, 2016. Disponível em: <[https://issuu.com/aspta/docs/agriculturas\\_v13n1\\_comunica\\_\\_\\_o](https://issuu.com/aspta/docs/agriculturas_v13n1_comunica___o)>. Acesso em: 28 ago. 2016.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1999.